

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Chamamos a atenção para a Nota 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve os efeitos decorrentes da operação denominada “Carbono Oculto”, deflagrada em 28 de agosto de 2025, no âmbito da qual foi cumprido mandado de busca e apreensão de documentos na sede da Cattalini Terminais Marítimos S.A., sociedade na qual a Companhia detém 50% de participação. Conforme divulgado pela Administração, até a presente data não houve bloqueio de bens, sequestro de ativos, acusações formais ou instauração de processos contra a investida ou seus administradores, tampouco foram identificados impactos contábeis, operacionais, financeiros ou reputacionais que demandem ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos



**Shape the future
with confidence**

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba/PR, 27 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski
Contador CRC PR-072661/O

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	191.449	197.293	192.474	227.425
Contas a receber de clientes	10	74.855	45.710	89.641	62.798
Impostos a recuperar	11	23.109	17.865	23.743	17.865
Dividendos a receber	20	74.630	6.655	74.630	6.655
Outros ativos		32.575	16.344	51.945	23.089
Recebíveis de partes relacionadas	20	28.706	287	-	-
Total ativo circulante		425.324	284.154	432.433	337.832
Não circulante					
Impostos a recuperar	11	1.977	9.884	3.923	11.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	14.260	5.619
Depósitos judiciais	21	58.183	57.593	58.214	57.624
Recebíveis de partes relacionadas	20	85.944	43.772	399	1.692
Outros ativos		8.055	10.491	8.296	12.412
Investimentos	13	619.499	601.599	446.495	453.975
Imobilizado	14	1.341.115	1.010.129	1.514.089	1.128.085
Direito de uso - Arrendamento	17	114.669	114.395	130.098	129.827
Intangível	15	12.001	7.965	104.472	45.206
Total ativo não circulante		2.241.443	1.855.828	2.280.246	1.846.124
Ativo total		2.666.767	2.139.982	2.712.679	2.183.956

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	16	56.266	27.801	63.883	38.439
Outorgas parceladas a pagar	16	-	-	8.709	-
Empréstimos e financiamentos	18	129.045	185.501	129.054	186.429
Instrumentos financeiros derivativos	26	14.035	14.456	14.035	14.456
Impostos e contribuições a recolher	19	8.194	3.365	10.540	5.724
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		22.626	18.553	26.362	23.561
Dividendos a pagar	20	19.208	47.321	19.208	47.321
Adiantamento de clientes		7.677	6.926	8.680	8.058
Passivo de arrendamento	17	36.487	42.449	41.879	50.459
Pagáveis a partes relacionadas	20	35.569	5.640	1.449	1.335
Outras contas a pagar		1.536	-	1.621	-
Total passivo circulante		330.643	352.012	325.420	375.782
Não circulante					
Fornecedores	16	4.411	-	4.411	-
Outorgas parceladas a pagar	16	-	-	34.836	-
Empréstimos e financiamentos	18	894.663	438.656	894.663	438.656
Passivo de arrendamento	17	100.124	89.524	114.038	99.413
Pagáveis a partes relacionadas	20	21.459	11.159	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	44.870	30.284	46.241	23.969
Provisão para contingências	21	59.193	57.566	59.394	62.993
Outras contas a pagar		-	-	22.272	22.362
Total passivo não circulante		1.124.720	627.189	1.175.855	647.393
Passivo total		1.455.363	979.201	1.501.275	1.023.175
Patrimônio líquido					
Capital social	22	31.574	31.574	31.574	31.574
Reservas de capital	22	490.247	490.247	490.247	490.247
Reservas de lucros	22	689.583	638.960	689.583	638.960
Total patrimônio líquido		1.211.404	1.160.781	1.211.404	1.160.781
Total passivo e patrimônio líquido		2.666.767	2.139.982	2.712.679	2.183.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços	23	596.693	488.046	770.021	659.651
Custo dos serviços prestados	24	(399.181)	(335.394)	(558.946)	(481.317)
Lucro bruto		197.512	152.652	211.075	178.334
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(4.078)	(798)	(4.078)	(798)
Administrativas e gerais	24	(54.449)	(35.244)	(54.449)	(36.672)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(8.174)	(1.249)	(12.249)	(2.506)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		130.811	115.361	140.299	138.358
Receitas financeiras	25	21.990	22.632	22.509	22.781
Despesas financeiras	25	(122.756)	(57.576)	(124.354)	(61.000)
Despesas financeiras, líquidas		(100.766)	(34.944)	(101.845)	(38.219)
Resultado de equivalência patrimonial	13	158.999	133.343	156.989	119.987
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		189.044	213.760	195.443	220.126
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	(10.148)	(7.390)	(17.968)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(12.214)	(14.327)	(11.223)	(12.873)
Resultado do exercício		176.830	189.285	176.830	189.285
Lucro por ação - em R\$		5,60	5,99	5,60	5,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício	176.830	189.285	176.830	189.285
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	176.830	189.285	176.830	189.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros		Total
		Capital social	Reserva de capital	Ágio em transação de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.574	527.423	(37.176)	6.314	570.682	1.098.817
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	189.285
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(47.321)
Dividendos intermediários	22.f	-	-	-	-	(80.000)	-
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	141.964	(141.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		31.574	527.423	(37.176)	6.314	632.646	1.160.781
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	176.830
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(44.208)
Dividendos intermediários	22.f	-	-	-	-	(81.999)	-
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	132.622	(132.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		31.574	527.423	(37.176)	6.314	683.269	1.211.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		189.044	213.760	195.443	220.126
Ajustes por:					
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas com clientes	10	1.722	759	2.269	432
Resultado de equivalência patrimonial	13	(158.999)	(133.343)	(156.989)	(119.987)
Depreciação e amortização	24	67.158	54.079	85.105	67.930
Resultado na baixa de ativo permanente		12.955	295	40.803	406
Depreciação do direito de uso - arrendamento	24	36.132	33.027	45.631	46.966
Juros, variações monetárias e cambiais	25	115.045	73.411	117.498	75.734
Constituição (reversão) de provisão para contingências	21	1.627	(837)	(3.599)	(1.009)
Outros		(1.785)	-	3.724	1.372
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes - circulante e não circulante	10	(30.867)	(6.168)	(29.112)	(15.317)
Depósitos judiciais	21	(590)	68	(590)	69
Outros ativos e passivos, líquidos		(42.457)	(48.296)	(21.801)	(9.253)
Fornecedores - circulante e não circulante	16	32.876	(629)	29.855	(8.449)
Impostos a recuperar	11	2.663	4.836	1.883	5.810
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.073	(1.741)	2.801	(30)
Adiantamentos de clientes		751	(595)	622	(531)
Obrigações tributárias		10.479	(2.205)	13.142	(2.051)
Impostos sobre o lucro pagos		(3.278)	(9.371)	(13.309)	(15.993)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		236.549	177.050	313.376	246.225
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aportes em controladas	13	(18.027)	-	-	-
Dividendos recebidos	13	92.771	85.844	92.771	85.844
Aquisição / Baixa de imobilizados e intangíveis	14,15	(385.457)	(218.956)	(497.957)	(241.760)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(310.713)	(133.112)	(405.186)	(155.916)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	675.747	189.251	675.747	189.251
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	18	(290.917)	(62.221)	(290.917)	(63.335)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – Juros	18	(114.256)	(67.517)	(114.256)	(67.722)
Amortização passivo arrendamento - Principal	17	(32.918)	(30.668)	(42.552)	(44.621)
Amortização passivo arrendamento - Juros	17	(15.016)	(13.612)	(16.843)	(15.730)
Dividendos antecipados / pagos		(154.320)	(80.000)	(154.320)	(80.000)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		68.320	(64.767)	56.859	(82.157)
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(5.844)	(20.829)	(34.951)	8.152
No início do exercício		197.293	218.122	227.425	219.273
No fim do exercício		191.449	197.293	192.474	227.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas ou ajustadas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento conforme montantes apresentados em nota explicativa 17, relativos a reajustes contratuais e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil;
- (ii) Valores de outorga a pagar relacionados a obrigações assumidas no âmbito de contratos regulatórios. O reconhecimento foi efetuado contabilmente sem impacto imediato no caixa, uma vez que representa apenas o registro do passivo correspondente ao direito concedido, cujo desembolso ocorrerá em períodos futuros, conforme condições contratuais.

Apresentação de juros e dividendos

A Companhia classifica os dividendos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis e contratos de arrendamentos.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia", "Grupo" ou "Rocha") foi fundada em Paranaguá (PR) no dia 29 de janeiro de 1864, e opera de forma ininterrupta desde a sua fundação. A Companhia possui sedes administrativas em Curitiba (PR) e Paranaguá (PR), atua, direta e indiretamente, nos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), Santana (AP), Itaqui (MA) e possui terminal de transbordo ferroviário na cidade de Palmeirante (TO).

A Rocha atua, direta e indiretamente, na prestação de serviços no setor de logística portuária e retro portuária, onde destacam-se as atividades de armazenagem de cargas a granel, siderúrgicas e carga geral; operações portuárias (descarregamento e carregamento de navios) de granéis de importação, granéis de exportação, carga geral e celulose; envase de granéis de importação, ; operação de granéis líquidos; armazenagem em terminais alfandegados e entreposto fiscal; transbordo ferroviário; agenciamento de transporte de cargas e participação em outras empresas.

A seguir, detalhamos as principais atividades desempenhadas pelo Grupo Rocha.

a) Operação Portuária

Para as atividades de operação portuária, a Companhia hoje opera diretamente nos portos públicos de Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS e Santana/AP. Além das operações diretas, a Companhia conta com duas investidas que exercem atividade de operação portuária: a Companhia Operadora Portuária do Itaqui ("COPI"), que opera no porto de Itaqui/MA, e a Full Port 8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda ("F8"), que opera em São Francisco do Sul/SC.

Em todos os casos, tais operações dependem de autorização, através do Certificado de Operador Portuário, emitidos pela Autoridade Portuária local competente, concedido as empresas que se qualificam como "Operador Portuário" naquele respectivo porto, atendendo as exigências nos termos da lei 12.815/2013 (Lei do Portos) e a Portaria SEP nº 111/2013 e atualizações posteriores. Todos os Certificados de Operador Portuário estão vigentes e regulares.

b) Granéis de Importação

A Rocha atua na recepção e armazenagem de granéis de importação, especialmente fertilizantes, nos Portos de Paranaguá/PR e Rio Grande/RS, bem como em Itaqui/MA por meio da sua investida COPI.

1. Contexto operacional--Continuação

b) Granéis de Importação--Continuação

A Companhia obteve, através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9ª SSRF (D.O.U. 25/11/2013), o alfandeamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de grãos sólidos de importação cognominada “GIMPO” para operação de fertilizantes no Porto Organizado de Paranaguá/PR. O alfandeamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”) e confirmado pela ANTAQ. Este Contrato de Passagem tem prazo de vigência de 25 anos (até 2037) podendo ser prorrogado por igual período (até 2062).

Importante indicar também que é por meio deste ADE que a Rocha pode disponibilizar aos seus clientes a opção de “entrepósito aduaneiro”, que se trata de um regime aduaneiro especial que permite armazenar mercadorias importadas em recintos alfandegados, com a suspensão do pagamento de tributos federais (II, IPI, PIS, Cofins) por um período determinado. É uma ferramenta logística para administrar impostos, organizar estoques e facilitar o comércio internacional.

Por fim, em parceria com terceiros, a Rocha tem investimentos expressivos em esteiras de recepção de grãos de importação, que permitem maior eficiência operacional em operação mecanizada, por meio do Contrato de Passagem nº 112/2021, firmado com a APPA em 13.12.2021, com vigência até 13.12.2046 (25 anos), podendo ser prorrogado por igual período (até 2071), que permite acessar os berços 208, 209 e 211 do Porto de Paranaguá/PR.

c) Granéis de Exportação

A Companhia opera grãos de exportação, especialmente soja, milho e farelo, nos portos de Paranaguá/PR e Santana/AP.

Em Paranaguá, operamos em áreas privadas, que acessam a faixa portuária por meio de contratos de passagem celebrados com a autoridade portuária local. O Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a APPA e confirmado pela ANTAQ, com prazo de vigência de 25 anos (validade até 2038), podendo ser prorrogado por igual período (até 2063), permite o acesso ao COREX - Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá/PR, que corresponde aos berços 212, 213 e 214.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Granéis de Exportação--Continuação

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9ª SSRF (D.O.U. 27/10/2017) o alfandegamento a título permanente de sua instalação portuária cognominada "GEXPO", localizada em área contígua ao Porto de Paranaguá. Em 25 de março de 2022, o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 7 da 9ª SSRF (D.O.U. 28/03/2023), permitiu a ampliação do GEXPO, que hoje conta com 4 (quatro) armazéns alfandegados ("AZ 01, AZ 02, AZ 03 e AZ 04"), e incluindo toda a estrutura de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal destinados à exportação.

Também em Paranaguá/PR, a Rocha pretende iniciar as operações do denominado "Cais Oeste" ainda em 2026, por meio de um novo empreendimento de armazenagem, em área privada, que acessa a área portuária por meio do Contrato de Passagem nº 095/2018 firmado com a APPA em 17.12.2018, com vigência até 17.12.2043 (25 anos), podendo ser renovado por igual período (2068), com acesso ao berço 201 do Porto de Paranaguá/PR.

O Grupo também tem operação de armazenagem de granel de exportação no Porto de Santana/AP, por meio do Contrato de Arrendamento nº 4/2025, celebrado com a União Federal em 2 de julho de 2025, com vigência de 25 anos (1º.12.2050), podendo ser prorrogado até o limite máximo de 70 anos.

d) Carga Geral e Industrializados

Para as atividades de armazenagem de carga geral, em Paranaguá, a Companhia é titular do Contrato de Arrendamento nº 115/2002, celebrado com a APPA, onde opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) denominado Armazém 9A. Este contrato foi assinado em 16 de setembro de 2002, com vigência prorrogada por 20 anos, até 15.09.2042, por meio do 4º Termo Aditivo.

Em São Francisco do Sul/SC, a Companhia opera com armazenagem de carga geral, mas é especializada em operação de recebimento, movimentação e armazenagem de cargas industrializadas. Para tal, é detentora dos direitos de exploração de Porto Seco, por meio do Contrato de Permissão nº 15/2004-Porto Seco-RFB, com vigência até 26.12.2029, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.

1. Contexto operacional--Continuação

e) Granéis Líquidos

Por meio da investida Cattalini Terminais Marítimos S.A., o Grupo atua na movimentação e armazenagem de granéis líquidos de importação e exportação (óleos vegetais, químicos, combustíveis, outros).

f) Certificações

Em 24 de novembro de 2017, a Rocha recebeu da Fundação Vanzolini o Certificado de Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001:2015, na mesma data recebeu o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001: 2015 e recebeu ainda o Certificado de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18001: 2007, certificações que consolidam o Sistema de Gestão de Integrado SGI da Companhia. Em novembro de 2018, houve a renovação de todos os Certificados os quais são verificadas e mantidos permanentemente pela Companhia.

Em 2018 a Companhia obteve as Certificações de OEA (Operador Econômico Autorizado) da Receita Federal do Brasil para: (i) Operações Portuárias; (ii) Complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO); (iii) Instalação Portuária Alfandegada (IPA-AZ9A); e para sua controlada Porto Seco. Em janeiro de 2019, a Companhia obteve a Certificação de OEA para a sua Instalação Portuária para Granéis Sólidos de Exportação "GEXPO". As Certificações de OEA são verificadas e mantidas anualmente pela Receita Federal do Brasil.

1.1. **Ajustes de reapresentação relativos as demonstrações financeiras do exercício de 2024**

Ao longo do exercício de 2025 a Companhia revisitou o critério de alocação de determinados eventos com objetivo de aprimorar a clareza nas divulgações em notas explicativas e realizar pontuais correções explicadas a seguir. Para fins de comparabilidade com o exercício de 2025, a Companhia revisitou estas alocações também no exercício de 2024. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa estão apresentados a seguir, e não ocasionaram qualquer mudança no resultado do exercício e nos saldos totais de ativo e passivo, circulante e não circulante anteriormente apresentados.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ajustes de reapresentação relativos as demonstrações financeiras do exercício de 2024--Continuação

Balanco patrimonial	Controladora			Consolidado		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	197.293	-	197.293	227.425	-	227.425
Contas a receber de clientes (i)	45.997	(287)	45.710	62.798	-	62.798
Impostos a recuperar	17.865	-	17.865	17.865	-	17.865
Dividendos a receber	6.655	-	6.655	6.655	-	6.655
Outros ativos	16.344	-	16.344	23.089	-	23.089
Recebíveis de partes relacionadas (i)	-	287	287	-	-	-
Circulante	284.154	-	284.154	337.832	-	337.832
Contas a receber de clientes (i)	1.692	(1.692)	-	1.692	(1.692)	-
Impostos a recuperar	9.884	-	9.884	11.684	-	11.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	5.619	-	5.619
Depósitos judiciais	57.593	-	57.593	57.624	-	57.624
Recebíveis de partes relacionadas (i)	42.080	1.692	43.772	-	1.692	1.692
Outros ativos	10.491	-	10.491	12.412	-	12.412
Investimentos (ii)	570.599	31.000	601.599	453.975	-	453.975
Imobilizado (ii)	1.041.129	(31.000)	1.010.129	1.128.085	-	1.128.085
Direito de uso - Arrendamento	114.395	-	114.395	129.827	-	129.827
Intangível	7.965	-	7.965	45.206	-	45.206
Não circulante	1.855.828	-	1.855.828	1.846.124	-	1.846.124
Total do ativo	2.139.982	-	2.139.982	2.183.956	-	2.183.956

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ajustes de representação relativos as demonstrações financeiras do exercício de 2024--Continuação

Balço patrimonial--Continuação	Controladora			Consolidado		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
Passivo						
Fornecedores (i)	33.441	(5.640)	27.801	39.774	(1.335)	38.439
Empréstimos e financiamentos (iv)	199.957	(14.456)	185.501	200.885	(14.456)	186.429
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	-	14.456	14.456	-	14.456	14.456
Impostos e contribuições a recolher	3.365	-	3.365	5.724	-	5.724
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18.553	-	18.553	23.561	-	23.561
Dividendos a pagar	47.321	-	47.321	47.321	-	47.321
Adiantamento de clientes	6.926	-	6.926	8.058	-	8.058
Passivo de arrendamento	42.449	-	42.449	50.459	-	50.459
Pagáveis a partes relacionadas (i)	-	5.640	5.640	-	1.335	1.335
Circulante	352.012	-	352.012	375.782	-	375.782
Fornecedores (i)	11.159	(11.159)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	438.656	-	438.656	438.656	-	438.656
Passivo de arrendamento	89.524	-	89.524	99.413	-	99.413
Pagáveis a partes relacionadas (i)	-	11.159	11.159	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.284	-	30.284	23.969	-	23.969
Provisão para contingências (iii)	510	57.056	57.566	5.937	57.056	62.993
Outras contas a pagar (iii)	57.056	(57.056)	-	79.418	(57.056)	22.362
Não circulante	627.189	-	627.189	647.393	-	647.393
Patrimônio líquido	1.160.781	-	1.160.781	1.160.781	-	1.160.781
Total do passivo e patrimônio líquido	2.139.982	-	2.139.982	2.183.956	-	2.183.956

- (i) A Companhia reclassificou os saldos a receber e a pagar mantidos com partes relacionadas, antes registrados em contas a receber e fornecedores diversos, passando a apresentá-los diretamente no grupo de partes relacionadas. A reclassificação reflete a essência econômica das operações de conta-corrente mantidas com essas partes, que anteriormente eram divulgadas apenas em nota explicativa. No consolidado, foram mantidos apenas os saldos com partes não eliminadas na consolidação, garantindo que as demonstrações financeiras consolidadas evidenciem as exposições reais a partes relacionadas externas ao grupo;
- (ii) A Companhia revisou o tratamento contábil anteriormente aplicado à aquisição da participação societária na Brascargo Armazéns S.A. À data da aquisição, o principal ativo da investida consistia em um terreno avaliado por laudo independente no montante de R\$ 31.000, o qual havia sido registrado diretamente no ativo imobilizado da Controladora. Após reavaliação, concluiu-se que a classificação adequada é na rubrica de investimentos, por se tratar de aquisição de participação societária. Assim, procedeu-se à reclassificação retrospectiva desse saldo entre linhas das demonstrações financeiras, sem impacto no resultado ou no patrimônio líquido);
- (iii) A Companhia reclassificou o saldo de R\$ 57.056 anteriormente apresentado em Outras contas a pagar no Passivo não circulante, relacionado a valores em discussão judicial com a APPA – Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, que melhor evidencia a natureza desta obrigação;

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ajustes de reapresentação relativos as demonstrações financeiras do exercício de 2024--Continuação

Balanco patrimonial--Continuação

- (iv) A Companhia mantém uma operação passiva com instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentada em conjunto com a rubrica de empréstimos. A administração optou por reclassificar o saldo para uma linha específica no passivo, de forma a proporcionar maior transparência, melhor representação da essência econômica do instrumento e adequado destaque desta transação na demonstração da posição financeira.

Demonstração de resultado	Controladora			Consolidado		
	(Originalmente apresentado)	(Reapresentado)		(Originalmente apresentado)	(Reapresentado)	
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
Lucro bruto	152.652	-	152.652	178.334	-	178.334
Despesas operacionais	(37.291)	-	(37.291)	(39.976)	-	(39.976)
Resultado financeiro, líquido	(34.944)	-	(34.944)	(38.219)	-	(38.219)
Receitas financeiras (i)	23.681	(1.049)	22.632	23.830	(1.049)	22.781
Despesas financeiras(i)	(58.625)	1.049	(57.576)	(62.049)	1.049	(61.000)
Resultado de equivalência patrimonial	133.343	-	133.343	119.987	-	119.987
Resultado imposto de renda e da contribuição social	(24.475)	-	(24.475)	(30.841)	-	(30.841)
Resultado do exercício	154.341	-	154.341	151.066	-	151.066

- (i) Refere-se aos saldos de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, segregados para apresentarem como redução da receita de rendimentos.

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ajustes de representação relativos as demonstrações financeiras do exercício de 2024--Continuação

Demonstração de fluxo de caixa	Controladora			Consolidado		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (i)	189.285	24.475	213.760	189.285	30.841	220.126
Ajustes ao lucro						
Imposto de renda e contribuição social diferido (i)	14.327	(14.327)	-	12.873	(12.873)	-
Juros e correções incorridos (iv)	59.799	13.612	73.411	60.004	15.730	75.734
Juros de contrato de arrendamento (iv)	2.359	(2.359)	-	2.345	(2.345)	-
Atualização monetária (negativa) positiva de outras contas a pagar	-	-	-	1.372	(1.372)	-
Outros	-	-	-	-	1.372	1.372
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) em outros ativos - circulante e não circulante (iii)	(48.600)	304	(48.296)	(9.557)	304	(9.253)
Aumento em impostos e contribuições a recolher (i)	7.943	(10.148)	(2.205)	15.917	(17.968)	(2.051)
Juros sobre financiamentos pagos (ii)	(67.517)	67.517	-	(67.722)	67.722	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	97.976	79.074	177.050	164.814	81.411	246.225
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Dividendos recebidos (iii)	86.148	(304)	85.844	86.148	(304)	85.844
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(132.808)	(304)	(133.112)	(155.612)	(304)	(155.916)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros (ii)	-	(67.517)	(67.517)	-	(67.722)	(67.722)
Pagamento de arrendamentos – principal (iv)	(33.027)	2.359	(30.668)	(46.966)	2.345	(44.621)
Pagamento de arrendamentos – juros (iv)	-	(13.612)	(13.612)	-	(15.730)	(15.730)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	14.003	(78.770)	(64.767)	(1.050)	(81.107)	(82.157)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(20.829)	-	(20.829)	8.152	-	8.152

- (i) A Administração optou por realizar o ajuste de apresentação efetuado ao lucro antes dos impostos, com a finalidade de evidenciar o resultado sem considerar os efeitos do imposto de renda e da contribuição social, tanto correntes quanto diferidos. Essa adequação permite uma visualização mais clara do desempenho operacional, isolando impactos tributários que não refletem diretamente a geração de caixa do período;
- (ii) A Administração optou por reclassificar os juros pagos, anteriormente apresentado na atividade operacional para a atividade de financiamento. Tal reclassificação visa demonstrar de forma mais adequada o efetivo desembolso de caixa relacionado a essas operações, garantindo um melhor alinhamento com a essência econômica das transações para fins de elaboração do fluxo de caixa;
- (iii) A Administração identificou valores referentes à operações com partes relacionadas e classificados como dividendos recebidos no exercício. Essa reclassificação garante maior consistência na apresentação, refletindo a essência econômica das transações e a correta segregação dos valores devidos por entidades do mesmo grupo;
- (iv) A Administração realizou reclassificações nos saldos de juros de arrendamento, de forma a refletir adequadamente no fluxo de caixa o desembolso de principal e juros relacionado a essas operações. Os ajustes foram reclassificados para a linha de investimentos, de modo a proporcionar melhor apresentação da capacidade da Companhia de financiar suas atividades e evidenciar, os fluxos efetivos de caixa associados aos contratos de arrendamento.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Esclarecimentos sobre notícias veiculadas envolvendo a Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Em 28 de agosto de 2025, ocorreu uma operação de busca e apreensão de documentos nas instalações da empresa Cattalini Terminais Marítimos S.A., empresa na qual a Rocha detém 50% de participação, e que é contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. A operação foi conduzida por autoridades públicas e refere-se à investigação envolvendo a operação “Carbono Oculto” que está sob sigilo de justiça.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos financeiros decorrente do processo e nem reputacionais. A Companhia monitora a situação, e reitera que não figura entre as partes investigadas no referido processo.

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura dos seguros contratados era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes Segurados (1)
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	537.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	450.000
Perda de Receita (seguro compreensivo)	20.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	45.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C)	11.000
Transporte rodoviário de cargas (RC-DC)	11.000
Seguro de vida em grupo	4.193
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	1.250

(1) Montantes limites por evento e/ou sinistro.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

1.4. Monitoramento de conflitos externos

A Companhia monitora as tensões geopolíticas envolvendo o Irã, os Estados Unidos e demais países do Oriente Médio, as quais podem gerar volatilidade nos mercados internacionais, especialmente em preços de energia e produção, commodities, câmbio e cadeias logísticas globais.

Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes do conflito geopolítico que demandassem ajustes na posição patrimonial ou alterações relevantes nas divulgações financeiras da Companhia.

A Administração vai monitorar continuamente os desdobramentos no cenário internacional e seus possíveis reflexos sobre as operações da Companhia.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Reforma tributária

A Companhia está conduzindo uma avaliação abrangente dos impactos da Reforma Tributária em todas as suas áreas de negócios, estruturando um plano de ação e cronograma para capacitação dos profissionais e adequação dos processos internos. O objetivo é tratar o tema de forma estratégica junto a fornecedores, clientes, partes relacionadas e demais públicos internos e externos.

Ao longo de 2025, a Companhia desenvolveu iniciativas voltadas à adaptação operacional, incluindo revisão de sistemas, parametrizações fiscais e adequação de controles internos. A partir de 1º de janeiro de 2026, entrou em vigor a fase piloto do novo modelo tributário, na qual o sistema baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) passou a ser aplicado na emissão de documentos fiscais e obrigações acessórias, ainda sem efeitos financeiros relevantes nos meses iniciais, tendo como finalidade a validação e o ajuste dos sistemas e procedimentos operacionais.

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, principalmente, pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu a unificação dos tributos incidentes sobre o consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) em um modelo de IVA Dual, composto pela CBS (competência federal) e pelo IBS (competência estadual e municipal), fundamentado nos princípios da não cumulatividade plena, da transparência e da tributação no destino.

A transição efetiva está prevista para iniciar em 2027, com a substituição do PIS e da COFINS pela CBS. A migração do ICMS e do ISS para o IBS ocorrerá de forma escalonada, com início em 2029 e conclusão estimada até 2033.

2. Relação de entidades controladas

Abaixo estão apresentadas a lista das empresas controladas pela Companhia.

Empresas	Controle	31/12/2025	31/12/2024
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Santana SPE S.A.	Direto	100,00%	-
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	Indireto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%
Brascargo Containers e Armazéns Gerais Ltda.	Direto	100,00%	100,00%

2. Relação de entidades controladas--Continuação

a) Rio Bacacheri Participações S.A. ("Rio Bacacheri")

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá (PR), que tem como objeto social a participação em outras empresas do segmento portuário. A Rio Bacacheri detém 100% das ações da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.

b) Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. ("Rocha GranExpo")

Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Paranaguá (PR), que tem como objeto social as atividades de operação portuária de graneis sólidos de exportação. A Rocha GranExpo atualmente encontra-se sem atividades operacionais.

c) Rocha Granéis Santana SPE S.A. ("Rocha Santana")

Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Santana (AP), que tem como objeto social explorar as atividades pertinentes a licitação vencida do arrendamento MCP03 no Porto de Santana (AP).

d) Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. ("Rocha RS")

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande (RS), que tem como objeto social as atividades de operação portuária de graneis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações e, ainda, armazenagem de granel de importação.

e) Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. ("Porto Seco")

Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul (SC), que tem como objeto social a operação e exploração de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de São Francisco do Sul.

f) Brascargo Containers e Armazéns Gerais Ltda ("Brascargo")

Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em Paranaguá (PR), que tem como objeto social a exploração do ramo de armazéns gerais, manipulação de contêineres, locação de bens imóveis próprios e participação em outras sociedades, como acionista e quotista.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos.

Se ocorrer transações em moeda estrangeira, essas serão convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

5. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas individuais.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 17 - Passivos de arrendamento: Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota 13 - Investimentos em coligadas e controladas em conjunto: Na avaliação da existência de influência sobre a investida e ou controle compartilhado.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 17 - Passivos de arrendamento: Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito);
- Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

b) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- Notas explicativas 14 e 15 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado e intangível;
- Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- Nível 3: são usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Investimentos em outras entidades

i) *Subsidiárias*

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

ii) *Coligadas e controladas em conjunto*

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Controladas em conjunto são acordos conjuntos através dos quais as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são tratados como ativos não circulantes e estão demonstrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Investimentos em outras entidades--Continuação

ii) *Coligadas e controladas em conjunto--Continuação*

<u>Empresas</u>	<u>Tipo</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Controle em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Controle em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	Controle em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI SI	Controle em conjunto	50,00%	50,00%
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Controle em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Controle em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Controle em conjunto	0,50%	0,50%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Receita de prestação de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por operações portuárias e armazenagem, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no acondicionamento de produtos, despacho aduaneiro, unitização e desunitização de cargas, envase, estufagem e desestufagem de contêineres, operações em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) granéis sólidos de importação (fertilizantes, cereais e outros) e de exportação (soja e milho), (b) granéis líquidos (derivados, metanol e outros), (c) carga geral, celulose e produtos siderúrgicos, (d) cargas de projeto, locação de bens móveis, de máquinas e equipamentos, e (e) outras cargas na logística portuária.

7. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

f) Imposto de renda e contribuição social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Imposto corrente*

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Imposto diferido*

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- (a) Diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- (b) Diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- (c) Diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii) *Exposição fiscal*

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

7. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

iii) *Exposição fiscal--Continuação*

i) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

g) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, com vencimento de até três meses, e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente.

As perdas esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As bases históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

i) Imobilizado (reconhecimento e mensuração)

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Pequenos reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Imobilizado (reconhecimento e mensuração)--Continuação

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edificações e benfeitorias	20 - 30 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos (média)

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

j) Ativos intangíveis e ágio

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. O ágio é reconhecido de acordo com a política contábil de combinação de negócios CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de negócios.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes para os dois períodos apresentados:

<i>Softwares</i>	5 anos
Acordos de não competição	5 anos
Contratos de arrendamento	10 - 25 anos
Outros intangíveis	10 - 12 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Instrumentos financeiros

i) *Classificação e reconhecimento*

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”),
- (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e
- (iii) Ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que a Companhia crie ou retida pela Companhia ou retenha em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) *Ativos financeiro (classificação e mensuração subsequente)*

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”):

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Ativos financeiro (classificação e mensuração subsequente)*--Continuação

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- E os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros que não forem classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

7. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros (classificação e mensuração subsequente)*

Todos os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, bem como os ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia não designou nenhum contrato como hedge até a presente data.

l) Capital social

Ações ordinárias

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política de Imposto de renda e contribuição social.

m) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa, cada Companhia controlada, cada qual registrado em uma empresa individual.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com confiabilidade. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

o) Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

7. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Arrendamentos--Continuação

- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, e os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI.

O Grupo optou conforme exceções colocadas em discussão pelo IASB - *International Accounting Standards Board (Basis For Conclusions of IFRS 16)* por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação conforme divulgado no item 5 - Uso de estimativas e julgamento.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Mensuração do valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q) Juros sobre obras em andamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos, em conformidade com o CPC 20 – Custos de Empréstimos. A capitalização tem início quando a Companhia passa a incorrer simultaneamente em gastos com o ativo, em custos de empréstimos e desenvolve as atividades necessárias para prepará-lo para o uso pretendido ou para venda, sendo realizada com base nos desembolsos efetivamente realizados em caixa para a formação do ativo qualificável. Nos casos de financiamentos específicos, são capitalizados os encargos financeiros efetivamente incorridos, líquidos de eventuais receitas financeiras auferidas com a aplicação temporária dos recursos. A capitalização é suspensa durante períodos de paralisação prolongada e não necessária das atividades de construção ou desenvolvimento e é encerrada quando o ativo se encontra substancialmente pronto para uso ou venda. A partir desse momento, os custos de empréstimos passam a ser reconhecidos diretamente no resultado do período como despesa financeira.

r) Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses conforme CPC 26 – apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que

passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2025, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração e que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Novos pronunciamentos, interpretações (não efetivadas e alteradas)

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações emitidas pelo CPC e pelo IASB, que ainda não são efetivas em 31 de dezembro de 2025 — exceto o IFRS 18 (CPC 51) — não devem ter impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira, com base na avaliação inicial da Companhia.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1. O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos, classificação das receitas e despesas por categoria (operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas), dentro de novos requisitos para a agregação e desagregação das informações financeiras, com base nas “funções” identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas.

A norma passará a exigir a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

Além disso, foram feitas alterações pontuais ao IAS 7, modificando o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, que passa de "lucro ou prejuízo do exercício" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

As alterações do IFRS 18 entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, devendo ser aplicado retrospectivamente. Atualmente, o Grupo está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.262	2.908	3.277	3.469
Aplicações financeiras	189.187	194.385	189.197	223.956
	191.449	197.293	192.474	227.425

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 103% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2025 (102% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

As aplicações financeiras são compostas principalmente por certificado de depósitos bancários e operações compromissadas junto às instituições financeiras de primeira linha, conforme abertura abaixo:

Instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
XP	78.596	-	78.596	-
Safra	50.005	106.025	50.006	106.025
Santander	25.264	34.645	25.264	64.125
Bradesco	35.322	53.715	35.331	53.725
Itaú	-	-	-	81
	189.187	194.385	189.197	223.956

10. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Clientes nacionais	60.908	28.826	76.655	46.254
Clientes no exterior	16.447	17.662	16.465	17.754
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(2.500)	(778)	(3.479)	(1.210)
Total contas a receber	74.855	45.710	89.641	62.798
Recebíveis de partes relacionadas (NE.20)	399	1.692	399	1.692
Total recebíveis líquido	75.254	47.402	90.040	64.490
Circulante	74.855	45.710	89.641	62.798
Não circulante	399	1.692	399	1.692

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Contas a receber de clientes--Continuação

Faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
A vencer	54.038	41.866	62.623	55.237
Vencidos entre 1 e 90 dias	11.486	2.095	16.548	5.892
Vencidos entre 91 e 180 dias	2.805	1.408	3.161	1.760
Vencidos acima de 180 dias	9.425	2.811	11.187	2.811
	77.754	48.180	93.519	65.700

- (i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas de créditos esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível. De forma geral, para as operações portuárias com granéis, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente de 50% a 70% dos serviços que serão prestados, e negocia um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente, e os demais serviços prestados possuem um prazo médio de 20 dias para recebimento.

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(778)	(19)	(1.210)	(778)
Reversão de provisão	377	-	401	-
Constituição de Provisão	(2.099)	(759)	(2.670)	(432)
Saldo no final do exercício	(2.500)	(778)	(3.479)	(1.210)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS (i)	11.604	21.662	11.604	21.662
IRRF (ii)	8.226	4.110	10.330	5.910
IR/CS (iii)	3.279	-	3.755	-
Créditos PERDCOMP (iv)	1.977	1.977	1.977	1.977
	25.086	27.749	27.666	29.549
Circulante	23.109	17.865	23.743	17.865
Não circulante	1.977	9.884	3.923	11.684

- (i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente;
- (ii) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços;

- (iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social pagos por estimativas;
- (iv) Refere-se a um processo ativo transitado em julgado em favor da Companhia sobre a não tributação da correção de créditos tributários outrora utilizados via PERDCOMP pela Companhia. Esse montante em 31 de dezembro de 2024 estava na fase de homologação na RFB com expectativa de uso no decorrer dos próximos exercícios.

12. Imposto de renda e contribuição social

i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante (adições temporárias)				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	15.355	16.600	33.532	35.172
Outras diferenças temporárias	(12.680)	961	8.409	18.907
Base de cálculo	2.675	17.561	41.941	54.079
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	34%	34%	34%	34%
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos	910	5.971	14.260	11.958
Total de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos	910	5.971	14.260	11.958
Passivo não circulante (exclusões temporárias)				
(-) Juros capitalizados	(134.648)	(106.632)	(134.647)	(108.050)
Outras diferenças temporárias	-	-	(1.354)	-
Base de cálculo	(134.648)	(106.632)	(136.001)	(108.050)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	34%	34%	34%	34%
Passivo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.780)	(36.255)	(46.240)	(36.737)
Passivo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(44.870)	(30.284)	(31.981)	(24.779)

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício antes dos impostos	189.044	213.760	195.443	220.126
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(64.275)	(72.678)	(66.451)	(74.843)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	54.060	45.336	53.376	40.795
Prejuízo fiscal utilizado	1.245	4.026	1.640	3.591
Efeito de amortização do ágio	(1.817)	(1.817)	(2.809)	(2.809)
Outros	(1.427)	658	(4.369)	2.425
	(12.214)	(24.475)	(18.613)	(30.841)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	-	(10.148)	(7.390)	(17.968)
Diferido	(12.214)	(14.327)	(11.223)	(12.873)
Alíquota efetiva	(6,5%)	(11,4%)	(9,5%)	(14,0%)

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2026	5.221	6.457
2027	-	1.236
2028	-	1.236
2029	-	1.236
2030	-	1.236
	5.221	11.401

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

13. Investimentos

i) Composição dos saldos da controladora

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial)		(Reapresentado)
Rio Bacacheri Participações S.A.	55.009	61.803
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	250	1
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	68.969	54.820
Rocha Granéis Santana SPE S.A.	17.777	-
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	97.119	119.432
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(98.753)	(95.606)
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	139.931	120.598
Ágio - aquisição COPI (iii)	7.867	7.867
Mais valia - aquisição COPI (iv)	8.324	8.324
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(4.172)	(3.595)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Brascargo Armazem	4.642	4.642
Mais valia - AZ Brascargo	26.358	26.358
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	164	942
Sul Trading Ltda.	9	8
	619.499	601.599

ii) Composição dos saldos do consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	97.119	119.432
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(98.753)	(95.606)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	139.931	120.598
Ágio - aquisição COPI (iii)	7.867	7.867
Mais valia - aquisição COPI (iv)	8.324	8.324
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(4.172)	(3.595)
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	165	942
Sul Trading Ltda.	9	8
	446.495	453.975

(i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).

(iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

iii) Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025				31/12/2024 (Reapresentado)			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros (prejuízos) do exercício
Rio Bacacheri	105.536	50.527	55.009	(6.794)	109.824	48.021	61.803	(170)
Rocha Granéis (i)	644	394	251	-	1	-	1	-
Porto Seco	92.551	23.582	68.969	14.149	80.481	25.661	54.820	13.526
Rocha RS	95.459	69.797	25.662	(5.237)	91.195	60.295	30.900	2.575
Cattalini Terminais	1.289.798	1.095.561	194.237	260.075	972.459	733.595	238.864	210.810
Fullport8	11.056	10.475	581	15.310	14.769	11.443	3.326	14.140
Sul Trading	2.696	926	1.770	18	2.696	926	1.770	83
Copi	570.326	274.867	295.459	54.318	500.083	258.887	241.196	29.227
Copisi	134.534	19.632	114.902	14.751	114.969	14.818	100.151	(4.960)
Brascargo	31.000	-	31.000	-	31.000	-	31.000	-
Rocha Santana (i)	93.351	75.573	17.777	-	-	-	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as entidades não possuíam atividade operacional.

13. Investimentos--Continuação

iv) Movimentação dos investimentos no exercício de 2025

	Saldo em 31/12/2023	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Outros ajustes	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024 (Reapresentado)	Dividendos recebidos (i)	Dividendos a receber	Aporte de capital (iii)	Resultado de equivalência patrimonial	Outros Ajustes	Saldo em 31/12/2025
Rio Bacacheri	60.558	-	-	1.415	(170)	61.803	-	-	-	(6.794)	-	55.009
Rocha Granéis	1	-	-	-	-	1	-	-	250	-	-	251
Porto Seco	41.294	-	-	-	13.526	54.820	-	-	-	14.149	-	68.969
Rocha Santana	-	-	-	-	-	-	-	-	17.777	-	-	17.777
Cattalini Terminais (ii)	300.083	(82.200)	-	-	101.943	319.826	(82.200)	(67.769)	-	120.765	1.621	292.242
Copi (ii)	121.924	-	(2.768)	-	14.038	133.194	(6.479)	(5.674)	-	26.542	6.491	154.074
TLP Terminais	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5
Fullport8	744	(3.644)	(164)	-	4.006	942	(4.092)	(1.187)	-	4.337	164	164
Brascargo	31.000	-	-	-	-	31.000	-	-	-	-	-	31.000
Sul Trading	8	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
Total	555.617	(85.844)	(2.932)	1.415	133.343	601.599	(92.771)	(74.630)	18.027	158.999	8.275	619.500

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o montante de R\$86.128 (individual e consolidado), conforme apresentado na demonstração do fluxo de caixa.
- (ii) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras a equivalência patrimonial de seus investimentos com a redução da parcela correspondente a cada amortização da mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos.
- (iii) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu novos investimentos, sendo a abertura da Rocha Granéis Santana SPE S.A. ("Rocha Santana") e o aporte de capital na Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. As constituições foram através de capital social, totalmente integralizados no período.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

Reconciliação do valor contábil--Controladora

Valor do custo	Benfeitorias em imóveis locados	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e guindastes	Terrenos	Outros ativos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	536.731	81.760	246.344	-	30.528	264.116	1.159.479
Adições	3.224	29.158	29.896	-	7.630	155.262	225.170
Baixas	-	-	(938)	-	(502)	-	(1.440)
Transferências	-	179.262	44.036	-	-	(244.384)	(21.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	539.955	290.180	319.338	-	37.656	174.994	1.362.123
Adições	27.574	15.453	19.069	-	10.773	335.124	407.993
Baixas	-	-	(36.425)	-	(840)	(7.605)	(44.870)
Transferências	55.002	2.370	35.264	34.296	-	(126.932)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	622.531	308.003	337.246	34.296	47.589	375.581	1.725.246

Depreciação	Benfeitorias em imóveis locados	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e guindastes	Terrenos	Outros ativos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(123.975)	(20.745)	(138.856)	-	(17.701)	-	(301.277)
Adições	(21.768)	(5.505)	(21.453)	-	(3.136)	-	(51.862)
Baixas	-	203	753	-	189	-	1.145
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(145.743)	(26.047)	(159.556)	-	(20.648)	-	(351.994)
Adições	(22.986)	(11.815)	(26.067)	-	(3.184)	-	(64.052)
Baixas	-	-	31.556	-	359	-	31.915
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(168.729)	(37.862)	(154.067)	-	(23.473)	-	(384.131)

14. Imobilizado--Continuação

Reconciliação do valor contábil--Consolidado

Valor do custo	Benfeitorias em				Terrenos	Outros ativos	Imobilizações em andamento	Total
	Imóveis Locados	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e guindastes					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563.707	91.389	316.737		44.408	44.314	271.335	1.331.890
Adições	8.708	29.417	44.960		-	10.546	155.765	249.396
Baixas	-	-	(998)		-	(664)	-	(1.662)
Transferências	5.790	169.374	44.036		-	4.098	(244.384)	(21.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	578.205	290.180	404.735		44.408	58.294	182.716	1.558.538
Adições	31.659	15.453	28.327		-	12.419	417.370	505.228
Baixas	-	-	(55.826)		-	(840)	(29.035)	(85.701)
Transferências	58.232	2.370	70.768		34.296	-	(165.666)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	668.096	308.003	448.004		78.704	69.873	405.385	1.978.065

Depreciação	Benfeitorias em				Terrenos	Outros ativos	Imobilizações em andamento	Total
	Imóveis Locados	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e guindastes					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(137.517)	(21.961)	(182.930)		-	(24.843)	-	(367.251)
Adições	(23.103)	(6.017)	(29.619)		-	(5.719)	-	(64.458)
Baixas	-	203	793		-	260	-	1.256
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(160.620)	(27.775)	(211.756)		-	(30.302)	-	(430.453)
Adições	(25.753)	(10.087)	(36.976)		-	(5.605)	-	(78.421)
Baixas	-	-	44.328		-	570	-	44.898
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(186.373)	(37.862)	(204.404)		-	(35.337)	-	(463.976)

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado--Continuação

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado são revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Administração realizou revisões na base e não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Atualmente, apenas três ativos da Companhia estão servindo como garantia de financiamento, sendo dois guindastes portuários (MHC GHMK 6407B comprado em 2020 e MHC LIEBHERR LHM 550 comprado em 2025), ambos como garantia do financiamento de sua própria compra, e o armazém próprio na unidade de Rio Grande/RS, dado em garantia para a linha NCE-GIMPO AZ que financiou a compra de uma área em Paranaguá/PR.

Imobilizado em andamento

O Grupo possui ativos em construção (atualmente o principal é o Projeto Cais Oeste em Paranaguá/PR, na linha de negócio GEXPO), e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 375.581 na controladora e R\$ 405.224 no consolidado (R\$ 174.994 e R\$ 182.716, respectivamente em 2024). Nestes valores estão incluídos os custos dos empréstimos tomados para financiamento destas obras. Foram capitalizados em 2025, o valor de R\$ 29.677 na controladora e consolidado (R\$ 22.530 em 2024 na controladora e no consolidado), considerando uma taxa de capitalização de 10,67% ao ano em 2025 (9,1% em 2024).

15. Intangível

Reconciliação do valor contábil Controladora

Valor do Custo	Softwares e Sistemas	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.488	247	18.735
Adições	4.401	10	4.411
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.889	257	23.146
Adições	7.106	36	7.142
Saldo em 31 de dezembro de 2025	29.995	293	30.288

Amortização	Softwares e Sistemas	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(12.959)	(5)	(12.964)
Adições	(2.216)	(1)	(2.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(15.175)	(6)	(15.181)
Adições	(3.105)	(1)	(3.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(18.280)	(7)	(18.287)

Reconciliação do valor contábil Consolidado

Valor do Custo	Softwares e Sistemas	Outros Intangíveis (i)	Ágio na aquisição de investimentos de subsidiária (ii)	Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.257	1.312	14.698	35.781	75.048
Adições	2.979	10	-	-	2.989
Baixas	-	(481)	-	-	(481)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.236	841	14.698	35.781	77.556
Adições	7.835	58.115	-	-	65.950
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.071	58.956	14.698	35.781	143.506

Depreciação	Softwares e Sistemas	Outros Intangíveis	Ágio na aquisição de investimentos de subsidiária (iii)	Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.207)	(754)	-	(11.398)	(29.359)
Adições	(644)	(53)	-	(2.775)	(3.472)
Baixas	-	481	-	-	481
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(17.851)	(326)	-	(14.173)	(32.350)
Adições	(3.375)	(51)	-	(3.258)	(6.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.226	(377)	-	(17.431)	(39.034)

(i) Inclui o direito de outorga da SPE Santana, assinado junto a autoridade portuária em 2025, no montante de R\$58 milhões;

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

- (ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Rocha RS e Rio Bacacheri, apresentados somente no consolidado;
- (iii) Refere-se ao ágio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. Para fins consolidados será apresentado na linha dos ativos identificados e amortizado até o final da vida útil de tais ativos.

Ativos com vida útil definida

O Grupo avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida do Grupo são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Com base nas análises conduzidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

As análises e testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa. As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

16. Fornecedores e Outorgas parceladas a pagar

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	60.677	(Reapresentado) 27.801	68.294	(Reapresentado) 38.439
Circulante	56.266	27.801	63.883	38.439
Não circulante	4.411	-	4.411	-

b) Outorgas parceladas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outorgas a pagar parceladas (i)	-	-	43.545	-
Circulante	-	-	8.709	-
Não circulante	-	-	34.836	-

(i) Refere-se aos valores a pagar da SPE Santana, cujo termo foi assinado em dezembro de 2025, parcelado em 5 anos (R\$8.709 pagos anualmente). A primeira parcela será paga após 12 meses da assinatura do termo e a contrapartida está registrada como outorga no intangível da SPE.

17. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Os saldos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025:

Controladora

<u>Direito de uso</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Adições e reajuste</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	114.395	(36.132)	36.406	-	114.669

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Adições e Reajuste</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo de arrendamento	131.973	(47.934)	37.556	15.016	136.611
Passivo circulante					36.487
Passivo não circulante					100.124

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Controladora--Continuação

Direito de uso	31/12/2023	Amortizações	Adições e reajuste	Juros	31/12/2024
			contratuais (i)		
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	122.728	(33.027)	24.694	-	114.395
Passivo de arrendamento	31/12/2023	Amortizações	Adições e reajuste	Juros	31/12/2024
		(ii)	contratuais (i)		
Passivo circulante - Arrendamento	137.947	(44.280)	24.694	13.612	131.973
Passivo circulante					42.449
Passivo não circulante					89.524

(i) Composto por adições de novos contratos no montante de R\$22.526 sendo o principal a locação de terreno do Cais Oeste de R\$22.526, atualizações monetárias de R\$8.617, os demais ajustes são relativos a remensuração no exercício de 2025.

(ii) Amortizações são compostas por pagamento de principal e juros contratuais.

Consolidado

Direito de uso	31/12/2024	Amortizações	Adições e reajuste	Juros	31/12/2025
			contratuais (i)		
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	129.827	(45.631)	45.902	-	130.098
Passivo de arrendamento	31/12/2024	Amortizações	Adições e reajuste	Juros	31/12/2025
		(ii)	contratuais (i)		
Passivo de arrendamento	149.872	(59.395)	48.597	16.843	155.917
Passivo circulante					41.879
Passivo não circulante					114.038

17. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Consolidado--Continuação

Direito de uso	31/12/2023	Amortizações contratuais (i)	Adições e reajuste contratuais (i)	Juros	31/12/2024
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	148.074	(46.966)	28.719	-	129.827

Passivo de arrendamento	31/12/2023	Amortizações (ii)	Adições e reajuste contratuais (i)	Juros	31/12/2024
Passivo circulante	165.774	(60.351)	28.719	15.730	149.872
Passivo circulante					50.459
Passivo não circulante					99.413

(i) Composto por adições de novos contratos no montante de R\$30.114 sendo o principal, a locação de terreno do Cais Oeste de R\$22.526 e Arrendamento fixo da concessão da SPE Santana de R\$4.900, atualizações monetárias de R\$9.650, os demais ajustes são relativos a remensuração no exercício de 2025.

(ii) Amortizações são compostas por pagamento de principal e juros contratuais.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa efetiva	Início	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
						(Reapresentado)		(Reapresentado)
Real	NCE GEXPO	CDI + 1,71% a.a.	04/07/2019	05/07/2027	-	13.285	-	13.285
Real	BNDES - GEXPO	TJLP + 3,5% a.a.	15/12/2017	15/12/2026	13.101	25.393	13.101	25.393
Real	K Giro-GEXPO 2	CDI + 3,27% a.a.	30/09/2020	16/09/2030	89.748	105.509	89.748	105.509
Real	K Giro-GIMPO MHC	CDI + 2,97% a.a.	23/04/2020	01/10/2025	-	-	9	928
Real	NCE-GIMPO MHC	CDI + 2,39% a.a.	14/04/2021	15/04/2026	1.863	5.524	1.863	5.524
Real	NCE-GIMPO AZ	CDI + 2,72% a.a.	30/04/2021	30/04/2031	21.913	25.785	21.913	25.785
Real	NCE-GIMPO TIPA	CDI + 2,55% a.a.	28/07/2021	28/07/2031	-	62.458	-	62.458
Real	K Giro-GIMPO Esteiras	CDI + 2,99% a.a.	11/06/2022	13/05/2030	-	34.869	-	34.869
Real	NCE-GIMPO Novo AZ	CDI + 2,58% a.a.	12/09/2022	12/06/2034	106.847	114.000	106.847	114.000
Real	K Giro-GIMPO Esteiras	CDI + 2,76% a.a.	12/06/2023	02/05/2031	-	38.779	-	38.779
Real	NCE-GIMPO AZ	CDI + 1,99% a.a.	10/05/2024	20/03/2034	32.946	32.506	32.946	32.506
Real	Bullet Safra-GEXPO	CDI + 0,75% a.a.	29/05/2024	31/05/2025	-	107.020	-	107.020
Real	NCE-Ampliação AZ	CDI + 1,99% a.a.	10/10/2024	11/10/2032	25.900	25.833	25.900	25.833
Real	NCE-MHC RS	CDI + 1,99% a.a.	10/10/2024	11/10/2032	33.258	33.196	33.258	33.196
Real	Debentures (i)	CDI + 1,15% a.a.	31/03/2025	15/03/2032	418.302	-	418.302	-
Real	Bullet Safra-SANTANA (ii)	CDI + 0,80% a.a.	24/10/2025	19/10/2026	51.361	-	51.361	-
Real	Debentures (iii)	CDI + 1,14% a.a.	15/10/2025	15/10/2035	228.469	-	228.469	-
					1.023.708	624.157	1.023.717	625.085
	Circulante				129.045	185.501	129.054	186.429
	Não circulante				894.663	438.656	894.663	438.656

Os itens (i), (ii) e (iii), referem-se a empréstimos e financiamentos captados ao longo do exercício de 2025. As demais dívidas foram captadas ao longo dos exercícios anteriores, e podem ser consultadas nas demonstrações financeiras desses exercícios.

- (i) Em março de 2025, a Companhia captou recursos por meio da emissão de Debêntures, no montante contratado de R\$400.000 (R\$ 300.000 para financiamento do projeto Cais Oeste e R\$ 100.000 para reperfilamento de dívidas mais caras), com vencimento final em 15 de março de 2032. A remuneração pactuada corresponde à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescida de 1,15% ao ano, sendo os encargos apropriados pelo regime de competência. A emissão prevê amortizações periódicas ao longo de sua vigência. Em 31 de dezembro de 2025, a posição da operação totalizava R\$418.302.
- (ii) Em outubro de 2025, a Companhia contratou operação de crédito na modalidade Bullet Safra - SANTANA, no montante de R\$50.000 (para início dos investimentos na área arrendada em Santana/AP), com vencimento em 19 de outubro de 2026. A remuneração do instrumento é composta pela variação do CDI acrescida de 0,80% ao ano, com pagamento integral do principal no vencimento ("bullet"). Os encargos financeiros são reconhecidos conforme o regime de competência. Em 31 de dezembro de 2025, a posição da operação era de R\$51.361;
- (iii) Em outubro de 2025, a Companhia realizou captação por meio da emissão de Debêntures, no montante contratado de R\$227.000 (R\$ 127.878 para recomposição de caixa dos investimentos realizados no exercício e R\$ 99.122 para reperfilamento de dívidas mais caras), com vencimento em 15 de outubro de 2035. A remuneração da emissão corresponde ao CDI acrescido de 1,14% ao ano, com apropriação dos encargos financeiros pelo regime de competência. A emissão contempla amortizações periódicas, prevendo liquidação do principal no vencimento. Em 31 de dezembro de 2025, a posição da operação somava R\$228.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Saldo no início do exercício 2025	624.157	495.674	625.085	495.683
Captações	675.747	189.251	675.747	189.251
Juros e correções incorridos - despesas	99.300	35.815	98.381	36.734
Juros e correções incorridos - capitalizados	29.677	33.155	29.677	33.155
Pagamentos de juros	(114.256)	(67.517)	(114.256)	(67.517)
Pagamentos de principal	(290.917)	(62.221)	(290.917)	(62.221)
Saldo no final do Exercício 2025	1.023.708	624.157	1.023.717	625.085

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
2026	-	72.379	-	72.379
2027	46.331	71.698	46.331	71.698
2028	62.465	69.230	62.465	69.230
2029	77.598	69.198	77.598	69.198
2030	210.931	64.478	210.931	64.478
2031	191.935	40.112	191.935	40.112
2032	189.997	26.537	189.997	26.537
2033	47.143	17.016	47.143	17.016
2034	38.135	8.008	38.135	8.008
2035	30.128	-	30.128	-
Valor longo prazo	894.663	438.656	894.663	438.656

Cláusulas restritivas ("Financial Covenants")

Aplicável a todos os contratos de dívida vigentes:

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida Líquida/EBITDA ajustado deverá considerar o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado. O Grupo precisa de anuência prévia para alteração de controle societário.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas ("Financial Covenants")--Continuação

EBITDA ajustado: resultado líquido conforme a combinação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária, considerando também eventuais resultados proforma das sociedades investidas adquiridas no ano civil, e excluindo: (a) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (b) resultado de participações societárias, calculado pelo método de equivalência patrimonial; (c) receitas e despesas financeiras; (d) receitas e despesas não recorrentes e/ou não operacionais; e (e) depreciação e amortização (incluindo de ágio ou outras). Em caso de sociedades investidas vendidas no último ano civil, esta (s) não deverá (ão) ser considerada (s) na base de cálculo do EBITDA ajustado.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Garantias

Na linha BNDES GEXPO há garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações S.A. Os contratos de empréstimos firmados na modalidade NCE possuem bens (guindastes e terreno) dados em garantia.

19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS	2.983	1.296	3.319	1.751
IRRF	542	832	786	1.068
PIS e COFINS	678	-	1.167	629
Retenções na fonte	1.718	641	1.968	795
Outros	2.273	596	3.300	1.481
	8.194	3.365	10.540	5.724

20. Partes relacionadas

i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$11.857 (R\$11.295 em 2024). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

ii) Garantias

Não há garantias prestadas à terceiros. A Companhia presta aval em operações de empréstimos contratadas por suas empresas investidas. O saldo a pagar destas operações em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$62.693 (R\$85.807 em 2024).

Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo (Operações comerciais, Conta corrente e dividendos)				
RTP Administração e Participações S.A. (i)	399	391	399	391
Rio Barigui Participações S.A. (i)	-	1.067	-	1.067
Rocha Granéis Santana SPE (ii)	26.067	-	-	-
Rio Bacacheri Participações S.A. (i)	349	232	-	-
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. (i)	394	234	-	234
Rocha RS Terminais e Operadores Portuários (i) e (ii)	86.526	42.080	-	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (i)	915	55	-	-
Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI (iii)	5.674	6.491	5.674	6.491
Cattalini Terminais Marítimos S.A. (iii)	67.769	-	67.769	-
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda (iii)	1.187	164	1.187	164
Total	189.280	50.714	75.029	8.347
Composição				
Recebíveis de partes relacionadas (operações comerciais e conta corrente)	114.650	44.059	399	1.692
Dividendos a receber	74.630	6.655	74.630	6.655
Circulante	103.336	6.942	74.630	6.655
Não circulante	85.944	43.772	399	1.692

- (i) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.
- (ii) Refere-se as transações de conta corrente entre empresas do grupo devido a gestão de caixa ser pela controladora Rocha, os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são controlados e liquidados conforme descrito nesses contratos.
- (iii) Referem-se a dividendos destacados a receber das coligadas no exercício de 2025.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas--Continuação

ii) Garantias--Continuação

Resumo dos saldos com partes relacionadas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo (Operações comerciais, Conta corrente e dividendos)				
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	8.063	19.864	8.063	19.864
Rio Barigui Participações S.A. (iii)	7.715	19.007	7.715	19.007
BNDES Participações S.A. BNDESPAR (iii)	3.430	8.450	3.430	8.450
Rocha Granéis Santana SPE (ii)	2.800	-	-	-
Rocha RS Terminais e Operadores Portuários (i) e (ii)	25.982	-	-	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (i) e (ii)	26.797	15.464	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (i)	1.449	1.335	1.449	1.335
Total	76.236	64.120	20.657	48.656
Composição				
Pagáveis a partes relacionadas (operações comerciais e conta corrente)	57.028	16.799	1.449	1.335
Dividendos a pagar	19.208	47.321	19.208	47.321
Circulante	54.777	52.961	20.657	48.656
Não circulante	21.459	11.159	-	-

- (i) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.
- (ii) Refere-se as transações de conta corrente entre empresas do grupo devido a gestão de caixa ser pela controladora Rocha, os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são controlados e liquidados conforme descrito nesses contratos.
- (iii) Referem-se a dividendos obrigatórios destacados no passivo a pagar, para os acionistas da Rocha Log relativo ao Lucro do exercício de 2025.

21. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, e a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

21. Provisão para contingências--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra provisões para demandas judiciais (causas prováveis) em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Cíveis	57.089	57.086	57.146	57.086
Trabalhistas	2.089	466	2.233	466
Tributárias	15	14	15	5.441
	59.193	57.566	59.394	62.993

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	57.558	57.056	57.589	57.056
Trabalhistas	625	537	625	568
	58.183	57.593	58.214	57.624

Movimentação das provisões para demandas judiciais em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora			
	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.258	1.145	-	58.403
Provisionados no exercício	-	-	14	14
Baixas por reversão ou pagamento	(172)	(679)	-	(851)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	57.086	466	14	57.566
Provisionados no exercício	29	1.904	1	1.934
Baixas por reversão ou pagamento	(26)	(281)	-	(307)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.089	2.089	15	59.193

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado)	57.418	1.355	5.229	64.002
Provisionados no exercício	-	-	212	212
Baixas por reversão ou pagamento	(332)	(889)	-	(1.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	57.086	466	5.441	62.993
Provisionados no exercício	90	1.767	648	2.505
Baixas por reversão ou pagamento	(30)	-	(6.073)	(6.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.146	2.233	16	59.395

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Provisão para contingências--Continuação

- (i) Refere-se basicamente a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia pleiteia ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estavam sendo depositados em juízo e contingenciados via provisão até o final do exercício de 2023, e desde então, por força de decisão judicial, os pagamentos estão sendo realizados diretamente à APPA. O saldo devido a APPA reconhecido em provisão de contingências em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 57.056.
- (ii) Refere-se, principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizáveis, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.

A Companhia e suas controladas são rés em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$2.253 na controladora e R\$13.918 no consolidado (em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$1.868 na controladora e R\$4.655 no consolidado). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$31.574 e está representado por 31.574.044 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital</u>
RTP Administração e Participações S.A.	41,98%	13.253.848	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.681.971	12.682
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,86%	5.638.225	5.638
	100,00%	31.574.044	31.574

b) Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

22. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ágio em transação de capital

O valor de R\$37.176 refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacheri Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. realizada em outubro de 2019.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para os exercícios subsequentes.

e) Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados, referem-se a lucros destinados após as devidas destinações para reserva legal e dividendos obrigatórios, essa reserva poderá ser usada para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. Por decisão dos acionistas, a reserva compõe o orçamento de capital para novos investimentos aprovado em Assembleia Geral Ordinária nos últimos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2025 foram destinados para a reserva de retenção de lucros o montante de R\$132.623 (R\$141.964 em 2024) relativo ao resultado do exercício.

f) Dividendos

Durante o exercício de 2025 a Companhia distribuiu a título de dividendos intermediários o montante de R\$81.999 (R\$80.000 em 2024), relativo a resultado de exercícios anteriores registrados na reserva de retenção de lucros.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal conforme demonstrado abaixo:

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos--Continuação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	176.830	189.285
(-) Reserva legal (i)	-	-
Lucro líquido ajustado do exercício	176.830	189.285
Dividendo mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos obrigatórios declarados (ii)	44.208	47.321

(i) A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para os exercícios subsequentes.

(ii) A Companhia apurou dividendos obrigatórios em 2025 de R\$44.208, foi antecipado aos acionistas em dezembro de 2025 o montante de R\$25.000, os demais valores foram destacados no passivo da Companhia na rubrica dividendos a pagar no montante de R\$19.208.

23. Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta	673.931	544.999	872.422	741.101
Serviços cancelados e descontos	(3.769)	(874)	(4.118)	(935)
Impostos incidentes sobre os serviços	(73.469)	(56.079)	(98.283)	(80.515)
Receita operacional líquida	596.693	488.046	770.021	659.651

24. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mão-de-obra e encargos	(112.769)	(105.449)	(141.725)	(135.666)
Custos das operações portuárias	(129.725)	(101.004)	(180.107)	(134.164)
Depreciação e amortização*	(104.433)	(87.106)	(138.997)	(114.896)
Serviços de terceiros (diretos e indiretos)	(63.103)	(47.916)	(82.539)	(89.893)
Combustíveis e lubrificantes	(7.352)	(6.765)	(12.038)	(11.170)
Energia, água e comunicação	(6.802)	(6.476)	(7.458)	(6.943)
Manutenção dos ativos	(10.536)	(5.074)	(14.320)	(7.951)
Locações de equipamentos e imóveis	(5.413)	(2.303)	(8.715)	(4.783)
Outros custos e despesas	(17.575)	(9.343)	(31.574)	(13.321)
	(457.708)	(371.436)	(617.473)	(518.787)

(*) Incluindo no consolidado a mais valia no montante de R\$8.261 em 2025.

24. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais-- Continuação

Reconciliação dos custos e despesas, por função

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos dos serviços prestados	(399.181)	(335.394)	(558.946)	(481.317)
Despesas comerciais	(4.078)	(798)	(4.078)	(798)
Despesas administrativas e gerais	(54.449)	(35.244)	(54.449)	(36.672)
	(457.708)	(371.436)	(617.473)	(518.787)

Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas, composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Infrações e multas	-	(2.000)	-	(2.000)
Provisão para devedores duvidosos	(2.099)	-	(2.670)	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	377	-	401	-
Reversões/Baixas imobilizado, líquido	1.625	(1.552)	923	(1.663)
Indenizações recebidas	-	3.871	-	3.871
Reversões (provisões) para contenciosos	(1.934)	837	(2.505)	1.009
Remensuração contratos de arrendamentos	(6.261)	-	(7.675)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	118	(2.405)	(723)	(3.723)
	(8.174)	(1.249)	(12.249)	(2.506)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Rendimentos com aplicações financeiras	21.374	22.510	21.483	22.510
Deduções das receitas financeiras	(1.073)	(1.049)	(1.085)	(1.049)
Outras receitas	1.689	1.171	2.111	1.320
	21.990	22.632	22.509	22.781
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(102.667)	(37.269)	(102.742)	(37.474)
Juros CPC 06 arrendamentos	(15.016)	(13.777)	(16.842)	(15.730)
Juros incorridos e descontos concedidos	(1.211)	(5.110)	(1.211)	(4.933)
IOF e variação cambial passiva	(2.493)	(998)	(2.503)	(1.009)
Atualização monetária aquisição de ativos (i)	-	-	-	(1.372)
Outras despesas financeiras	(1.369)	(422)	(1.056)	(482)
	(122.756)	(57.576)	(124.354)	(61.000)
Despesas financeiras, líquidas	(100.766)	(34.944)	(101.845)	(38.219)

(i) No Consolidado, substancialmente representado pela atualização monetária pelo IGPM do saldo a pagar da Rio Bacacheri pela aquisição dos 40% das ações da Rocha RS, ocorrida em 18 de outubro de 2019.

26. Instrumentos financeiros

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco, bem como discussões que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

especulativos

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como juros ativo ou juros passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Swap (Instrumentos derivativos)	(14.035)	(14.456)	(14.035)	(14.456)

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia contratou com o Banco Itaú uma Cédula de Crédito Bancário de R\$145.000, a ser paga em 17 parcelas semestrais vencendo-se a primeira em 15 de março de 2021 e final em 15 de setembro de 2030. O saldo devedor é reajustado mensalmente pela variação de 100% do CDI. Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um contrato derivativo (SWAP), com um valor nocional de R\$72.500 e vencimento em 16 de setembro de 2030, pelo qual a Companhia substitui a variação do CDI por IPCA.

Sensibilidade da variação do swap

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto das eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento no indexador do IPCA, adotando o IPCA/IBGE de 31 de dezembro de 2025 mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Sensibilidade da variação do swap--Continuação

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário Provável	(+) 25%	(+) 50%
Indexador	IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
Swap	IPCA	(7.017)	(10.526)	(14.035)	(17.544)	(21.053)
Ganho (perda) por cenário		7.018	3.509	-	(3.509)	(7.018)

i) Principais ativos e passivos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	9	191.449	197.293	192.474	227.425
Contas a receber de clientes	10	74.855	45.710	89.641	62.798
Recebíveis de partes relacionadas		114.650	44.059	399	1.692
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	16.a	60.677	27.801	68.221	38.439
Passivo de arrendamento	17	136.611	131.973	155.917	149.872
Outorgas parceladas a pagar		-	-	43.545	-
Pagáveis a partes relacionadas		57.028	16.799	1.522	1.335
Dividendos a pagar		19.208	47.321	19.208	47.321
Empréstimos e financiamentos	18	1.023.708	624.157	1.023.717	625.085
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos		14.035	14.456	14.035	14.456

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Sensibilidade à taxa de juros

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade à eventuais mudanças no patamar de +/-25% e +/-50% indicando a situação financeira da Companhia mediante o incremento/redução nas taxas de juros, sobre o saldo total dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o ganho/perda é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Sensibilidade à taxa de juros--Continuação

Controladora	Risco	Montante 31/12/2025	(-) 50%	(-) 25%	Cenário Provável	(+) 25%	(+) 50%
Indexador	CDI/Selic		7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	189.187	14.189	21.283	28.378	35.473	42.567
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	1.023.708	(76.778)	(115.167)	(153.556)	(191.945)	(230.334)
Resultado por cenário			(62.589)	(93.884)	(125.178)	(156.472)	(187.767)

Consolidado	Risco	Montante 31/12/2025	(-) 50%	(-) 25%	Cenário Provável	(+) 25%	(+) 50%
Indexador	CDI/Selic		7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	189.197	14.190	21.285	28.380	35.475	42.570
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	1.023.717	(76.779)	(115.169)	(153.558)	(191.947)	(230.337)
Resultado por cenário			(62.589)	(93.884)	(125.178)	(156.472)	(187.767)